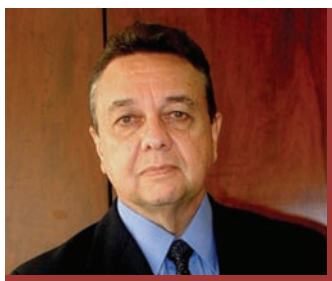


Diário de bordo

Diversificar com doçura



Roberto Rodrigues*

SÃO PAULO tem hoje 3,6 milhões de hectares plantados com cana. A cultura vem sendo acusada de um sem número de “culpas” por desinformação: empobrece o solo, acaba com o ambiente, não permite a produção de alimentos etc.

Mas há alguns temas que demandam atenção. Um deles é o crescimento da área plantada, cujo aspecto negativo é a excessiva concentração de uma única plantação. É a idéia da monocultura, conceitualmente indesejável. Não chegamos ainda a esse estado de coisas, mas é bom estar atento.

Outro é a concentração de renda. Como a cana é um produto muito barato, o que limita o lucro dos produtores é a distância da usina: acima de determinada distância, não terão resultado positivo, de modo que não existe um “mercado” para a cana, o produtor, tão específico que é chamado de “fornecedor”, só pode “entregar” (e não vender) sua produção para a usina que está perto para ter lucro. Isso cria uma relação difícil que leva à concentração da renda. O IAA, baseado nas idéias de Barbosa Lima Sobrinho, administrava isso de forma intervencionista, hoje inaceitável, estabelecendo as quotas de produção e os preços de todos os produtos da cadeia.

Com o fim do IAA, o Consecana foi concebido para substituir essa intervenção, mas não corrigiu inteiramente o problema. Seria interessante aproveitar a nova

fase do etanol para rever os modelos de produção.

Mas o que mais desestabiliza a imagem da cultura é o da sua colheita. Há aqueles que pregam a mecanização do corte por considerarem o serviço manual como um trabalho forçado; e há aqueles que querem segurar a mecanização porque provocaria um gigantesco desemprego.

É preciso buscar o equilíbrio na questão, porque ambos estão certos. A colheita manual da cana é mesmo um serviço duro e embrutece as pessoas, embora traga uma remuneração maior que de outras atividades rurais. Mas acabar com o corte manual realmente pode gerar uma reação social negativa.

O tempo se encarregará: o crescimento da área em outras regiões e no próprio estado irá exigir a mecanização, por escassez da mão de obra. Mas é preciso ajudar o tempo, não apenas esperar que ele passe...

A mecanização deixará de lado cerca de 5 a 10% da área hoje cultivada com cana em São Paulo, um mínimo de 180.000 hectares. Ora, essa área deverá ser utilizada com outras plantações geradoras de emprego mais nobre: frutas, seringueiras, madeira. Com isso, a mão-de-obra dispensada pela colheita mecanizada da cana seria reaproveitada.

No caso de frutas, as próprias cooperativas dos plantadores de cana poderiam investir em fábricas de doces, compotas, sucos, geléias etc, aproveitando sua estrutura excelente em todo o estado, além do açúcar e do bagaço (para combustível) ali produzidos.

No caso da madeira, a agregação de valor se daria com serrarias e movelaria. E no caso da seringueira, como pré-industrialização.

Trata-se de uma solução simples, que resolveria várias questões recorrentes: melhoraria a qualificação da mão-de-obra, reduziria o trabalho bruto da colheita manual da cana, eliminaria a queima da cana, provocaria uma diversificação de culturas reduzindo a monocultura, daria mais renda aos fornecedores e a cooperativa cumpriria seu papel de agregação de valor. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Conhecimento e força política



Cesário Ramalho da Silva*

O MINISTRO Reinhold Stephanes declarou a defesa da agropecuária como uma das prioridades máximas de sua gestão. Ressaltou ser básico um sistema de vigilância muito bem ordenado no Brasil. Manifestou-se sobre a necessidade de mais recursos para a área, cerca de R\$ 80 milhões ao ano só para defesa animal. E mais, comprometeu-se com os secretários estaduais de agricultura a dar o máximo empenho para captar recursos dirigidos aos planos estaduais de defesa sanitária nas áreas de fronteira, um dos pontos mais críticos relativos à defesa.

Além disso, devolveu o Sisbov – antes vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – ao organograma da Secretaria de Defesa Agropecuária. E na montagem de sua equipe nomeou o veterinário Inácio Krotetz, ex-Instituto Agronômico do Paraná, para o comando da Secretaria de Defesa Agropecuária.

A SRB concorda com a priorização da defesa agropecuária. Trata-se do alicerce do agronegócio. Sem ela, não há segurança dos alimentos, saúde animal, vegetal, inspeção e fiscalização de produtos, desenvolvimento de padrões sanitários e fitossanitários. Ou seja, todo um conjunto de ações que oferece garantias para o desenvolvimento do setor.

Porém, o destaque dado pelo ministro ao assunto não é compactuado pela cú-

Opinião

A gestão e os apagões

pula do governo federal. O descaso marcado pelo corte de verbas para a defesa promovido nos últimos anos contribuiu, por exemplo, para o ressurgimento de casos de febre aftosa. O retorno da doença arranhou a imagem das carnes brasileiras, gerou embargos e deixou o País mais distante dos mercados mais lucrativos.

Mesmo assim, parece que a equipe econômica não ficou sensibilizada com a importância da defesa agropecuária. No orçamento deste ano foram bloqueados 52% dos recursos destinados à área. Dos R\$ 265 milhões aprovados em lei pelo Congresso, sobraram apenas R\$ 127,4 mi para as ações programadas para este ano. É insuficiente.

Para se ter idéia da diferença entre investimento e resultado, a renda agrícola – da porteira para dentro – das 20 principais lavouras do País deverá alcançar R\$ 111,178 bilhões em 2007, segundo levantamento do coordenador de planejamento estratégico do MAPA, José Garcia Gasques. O valor reservado é pequeno para oferecer segurança ao setor com tal magnitude de renda.

O valor da defesa sanitária é inversamente proporcional ao modo como ela é tratada. Infelizmente, é sempre uma das primeiras áreas a sofrer contingenciamento de verbas.

Com o arranque econômico do agro-negócio brasileiro e sua conseqüente internacionalização, a defesa deveria ser alçada ao *status* de um órgão, com força política, como, por exemplo, nos moldes de uma agência reguladora, para junto com o MAPA fortalecer o setor sob o ponto de vista da segurança sanitária. Um órgão que aliasse conhecimento técnico e poder político em favor de uma gestão integrada para a defesa agropecuária do País. ■



João Sampaio*

DADOS INICIAIS apontam um prejuízo das companhias aéreas com os atrasos e cancelamentos de vôos estimados em R\$ 80 milhões. Além disso, as duas principais companhias aéreas brasileiras perderam R\$ 5 bilhões pela desvalorização das suas ações desde setembro do ano passado, quando houve o mais grave acidente aéreo da história do País. Quem mais perde, além do usuário, que fica horas nos aeroportos sem conseguir ir e nem chegar?

O “apagão aéreo” também afeta o agro-negócio. Empresas exportadoras ou importadoras de cargas perecíveis, produtos agrícolas ou de alimento processado, que usam a via aérea, sofrem com os atrasos e cancelamentos de vôos. Um caso emblemático é o dos produtores de flores de Holambra, interior de São Paulo, que já perderam muito dinheiro.

A verdade é que padecemos da síndrome do apagão em diversas áreas. Tudo se resume a um apagão de gestão, e, mais grave, uma escuridão na gestão estratégica do País.

A crise aeroportuária é a mais evidente vitrine do apagão de gestão mas, no fundo, diria que o nosso setor também carece da mesma ausência de planejamento por parte do governo central.

Peguemos a crise da defesa sanitária: ficamos no escuro e expostos às barreiras comerciais dos países importadores. São

Paulo, por exemplo, por causa dos casos de aftosa que aconteceram em Mato Grosso do Sul e no Paraná, é vítima dos embargos da União Européia e do Chile desde outubro de 2005 e já perdeu quase US\$ 1 bilhão em exportações de carne bovina. Isso significa menos renda para o pecuarista e não-geração de empregos na indústria frigorífica.

E o que foi feito para resolver isso? Planejamento só no papel, até agora. Também não se apresentam medidas imediatas para remediar a situação. O contingenciamento das verbas federais do setor em 52% é uma mostra de que continuaremos na penumbra da má gestão.

Com a expectativa de safra recorde de grãos, prevista pela Conab em 131,1 milhões de toneladas, devemos sofrer a escassez de armazéns. As nossas estradas, principalmente na Região Centro-Oeste, estão em estado lastimável. Paliativos como a Operação Tapa-Buraco nas rodovias federais parecem não clarear os caminhos e continuamos vivendo o apagão.

Gestão estratégica envolve integração dos poderes estaduais, federal e a sociedade organizada. Não se restringe tão somente a investimentos financeiros (o que também nos falta) mas, sim, na adoção de um modelo econômico para o País. A aposta na produção agrícola como grande impulsionadora da economia de uma nação deve ser encarada à luz da urgência da distribuição de renda, do desenvolvimento tecnológico e do crescimento econômico. E isso não são falácias. Qual é o maior país agrícola do mundo? São os EUA os maiores exportadores de tecnologia e a maior economia do mundo.

A pensarmos dessa perspectiva norteamericana, não podemos ficar nas políticas sombrias e incertas de gerenciamento de crises e sim termos clareza da necessidade de gestão estratégica. Do contrário, continuaremos sentados por horas nos aeroportos à espera da iluminação das pistas do desenvolvimento. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)